



INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
Avenida Oliveira Lima, nº 824, - Bairro Boa Vista, Recife/PE, CEP 50050-390
Telefone: (81) 3301-7786 e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.iphan.gov.br>

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Processo nº 01498.001130/2017-34

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL EM PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, atesta, para os devidos fins que a empresa SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI-ME, inscrita no CNPJ:21.179.250/0001-00, com sede na Avenida Nossa Senhora de Fátima, 1843, sala 112, Torre - João Pessoa Paraíba, CEP: 58.040-380, presta serviços de Recepção, Contrato nº 02/2018, desde 05/09/2018 até a presente data, por intermédio da seguinte categoria profissional:

CATEGORIA PROFISSIONAL	QUANTIDADE DE POSTOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL
RECEPCIONISTA	3	40h

Declaramos que os serviços estão sendo prestados de forma satisfatória.



Documento assinado eletronicamente por Renata Duarte Borba, Superintendente do IPHAN-PE, em 22/01/2019, às 17:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 0963209 e o código CRC 691C003C.

Referência: Processo nº 01498.001130/2017-34

SEI nº 0963209

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE
Rua Nogueira Campos, 100 - São Antônio - Recife - PE - Fone: (81) 3035-6900
Tabelião Intermio - Carlos Alberto Ribeiro Rume

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente se digital. Dou fe

[] Bruno de Camara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cibara Patricia da Silva - Escrevente Autorizado
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado

Recife, 04/06/2021. Emol: R\$3,27 - FERN(10%) R\$0,40
TSNR(20%) R\$0,73 - FERN(1%) R\$0,04 - FUNSEG(2%)
R\$0,07 - ISS (5%) R\$0,10 - TOTAL: R\$4,51 - Selo Digital
nº 0074005 CK205202102 03769 Consulte Autenticidade
em: www.tpe.pe.br/selo-digital

ALDO MACIEL
SERVIÇOS NOTARIAIS
DE
NOTAS
RECIFE-PE
5º OFÍCIO

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Valido somente se digital. Dou fé:
Bruno da Camara Barros Maciel - Substituto
Anderson Christian Soares de Lima - Escrevente Autorizada
Código: Pmrcia de Silva - Escrevente Autorizada
Libertade Soares de Lima Junior - Escrevente Autorizada
Recife, 04 de Maio de 2018. R\$ 0,27 - TERCEIROS R\$ 0,40 -
TERCEIROS R\$ 0,27 - TERCEIROS R\$ 0,40 - FUNDEG (2%)
R\$ 0,07 - ISS (5%) R\$ 0,18 - TOTAL R\$ 0,92 - pelo Digital
nº 0074005-00/000202-00-10728 expedite autenticidade
em: www.lpe.gov.br/validador

CONTRATO Nº 02/2018

Processo nº 01498.001130/2017-34

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 02/2018, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO INSTITUTO
DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL EM PERNAMBUCO
E A EMPRESA SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI



O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da sua Superintendência em Pernambuco, neste ato denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Oliveira Lima, nº 824, bairro Boa Vista, Recife (PE), inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 26.474.056/0006-86, representado pelo sua Superintendente, **RENATA DUARTE BORBA**, de acordo com a delegação de competência contida no § 1º, I do art. 2º da Portaria nº 673, de 16 de outubro de 2009 da Presidência desta autarquia federal, doravante designada **CONTRATANTE**, e a empresa **SHALON SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.179.250/0001-00, sediada(a) na Avenida Nossa Senhora de Fátima, 1843, sala 112 - Torre - João Pessoa, PB, Fone (83) 3044-5000, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **ANTONIELSON DE OLIVEIRA SANTANA**, portador(a) da Carteira de Identidade nº 1572665, expedida pela SSP/PB e CPF nº 873.382.204-25, tendo em vista o que consta no Processo nº 01498.001130/2017-34 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 01/2018, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços continuados de recepção, a serem executados no âmbito da superintendência do IPHAN em Pernambuco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado, sendo somente o selo digital, Doufe.

[] Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto

[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado

[] Cléria Patrícia da Silva - Escrevente Autorizado

[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado

Recife: 04/08/2021. Emol: R\$3,27 - FERC(10%): R\$0,40 - TSNR(20%): R\$0,73 - FERC(10%): R\$0,04 - FUNSEG(2%): R\$0,07 - ISS(5%): R\$0,16 - TOTAL: R\$4,69 - Selo Digital nº 0074005VVBG05282102.03819 Consulte Autenticidade em: www.tjpe.us.br/selodigital

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Valor (ANUAL)
1	Recepcionista	R\$ 84.667,68

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 10/09/2018 (dez de setembro de dois mil e dezoito), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 7.055,64, perfazendo o valor anual de R\$ 84.667,68.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 40401

Fonte: 0100

Programa de Trabalho: 339037

Elemento de Despesa: 110109

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE

Rua Siqueira Campos, 100 - Santa Anabela - Recife - PE - Fone: (81) 3031.2000

Tabelião Inteiro - Carlos Alberto Ribeiro Romão

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Usado somente o selo digital. Doo fe

[] Bruno da Camara Barros Maciel - Substituto

[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado

[] Cicera Patricia da Silva - Escrevente Autorizada

[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado

Recife: 04/06/2021. Emol: R\$3,27 - FERC(10%): R\$0,40

TOR(20%): R\$0,73 - FERM(1%): R\$0,04 - FUNSEG(2%):

R\$ 0,07 - ISS (3%): R\$ 0,19 - TOTAL: R\$4,60 - Selo Digital

nº 0074006 V0006202102 04582 Consulte Autenticidade

em: www.jre.jus.br/selodigital



4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

5.2. A parcela mensal a título de aviso prévio trabalhado será no percentual máximo de 1.94% no primeiro ano e, em caso de prorrogação do contrato, o percentual máximo dessa parcela será de 0,194% a cada ano de prorrogação, a ser incluído por ocasião da formulação do Termo Aditivo, nos termos da Lei n. 12.506/2011.

6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguiu, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuído, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

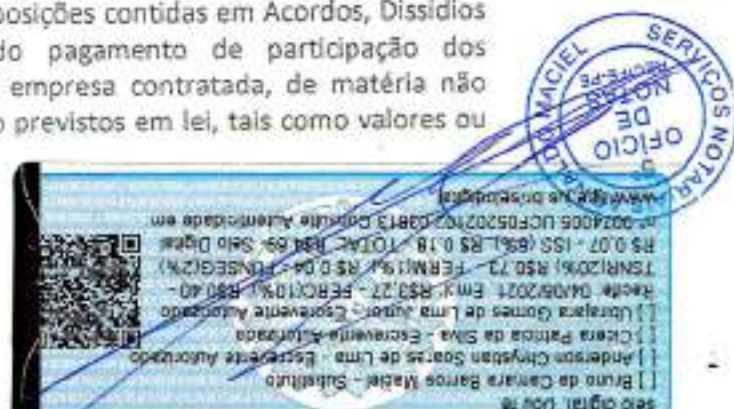
6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou



Índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.12.1. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se especialmente o índice específico, setorial ou geral que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada, sem prejuízo das verificações abaixo mencionadas:

6.12.2. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

6.12.3. as particularidades do contrato em vigência;

6.12.4. a nova planilha com variação dos custos apresentados;

6.12.5. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

6.12.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

6.13. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.13.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.13.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.13.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.14. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.16. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO RECTOR

Rua República Vargas, 100 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP: 51.040-000

Tabelião Interino - Carlos Alberto Ribeiro Gomes

AUTENTICAÇÃO conforme com o original apresentado. Valida somente se
seu digital. Dou fé

[] Bruno de Camargo Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cibara Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Librajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/09/2021. E-mail: R\$3,27 - FERC(10%): R\$0,40 -
TSNR(28%): R\$0,73 - FERM(1%): R\$0,04 - FUNSEG(2%):
R\$0,07 - ISS (5%): R\$0,16 - TOTAL: R\$4,60 - Selo Digital
n° 0074005.TVD05202102.04561. Consulte Autenticidade em:
www.tjpe.jus.br/selodigital





6.17. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

6.18. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, se compromete a prestar garantia no valor de 5% (cinco por cento do valor total), no prazo estipulado pela administração, em modalidade aceita pela legislação, observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, observado ainda o limite legal para a garantia, conforme previsto no artigo 56, § 2º, da lei nº 8666/93.

7.2. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

7.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN/SEGES/MPDG nº 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO REGISTRO
Rua Sigismundo Campos, 100 - Santo Antônio - Recife - PE - CEP: 51.010-000
Tribunal Inteiro - Carlos Alberto Ribeiro Costa

AUTENTICAÇÃO conforme com o original assinado. Valido somente com
selo digital. Dou fé
[] Bruno de Camargo Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cleora Patricia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/06/2021. Emol: R\$3,27 - FERC(10%): R\$0,40 -
TSMP(20%): R\$0,73 - FERM(1%): R\$0,04 - FUNSEG(2%):
R\$0,07 - ISS (5%): R\$0,19 - TOTAL: R\$4,60. Selo Digital
nº: 0074005.FPT05202102-04563 Consulte Autenticidade em
www.tpe.jus.br/selodigital



16.1. É eleito o Foro da 16ª Vara do Recife/PE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Recife,

Documento assinado eletronicamente por ANTONIELSON DE OLIVEIRA SANTANA, Usuário Externo, em 04/09/2018, às 08:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por Renata Duarte Borba, Superintendente do IPHAN-PE, em 05/09/2018, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.iphan.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 0678358 e o código CRC F9748E55.

Referência: Processo nº 01498.001130/2017-34

SEI nº 0678358

CARTÓRIO DE NOTAS DO 5º OFÍCIO DO RECIFE

Rua Siqueira Campos, 100 - Santo Antônio - Recife - PE - Fone: (81) 3035-0000
Tabelião Interino - Carlos Alberto Ribeiro Rema

ALIMENTAÇÃO conforme com o original apresentado. Válido somente com o selo digital. Dou fe.

[] Bruno da Câmara Barros Maciel - Substituto
[] Anderson Chrystian Soares de Lima - Escrevente Autorizado
[] Cibera Patrícia da Silva - Escrevente Autorizada
[] Ubirajara Gomes de Lima Junior - Escrevente Autorizado
Recife: 04/06/2021, Emol: R\$3,27 - FEEC(10%): R\$0,40 -
TSNR(20%): R\$0,73 - FERN(1%): R\$0,04 - FUNSEG(2%):
R\$0,07 - ISS (5%): R\$0,15 - TOTAL: R\$4,69 - Selo Digital
nº 0674005 ACN0520610210811 Confira Autenticidade
em: www.tpe.pe.br/selodigital

